



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2020

(nº 445/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

DESPACHO: À CRE.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS**, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Os méritos da Senhora **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

Brasília, 31 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS**, conselheira do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Burkina Faso.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 465/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 14/08/2020, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2062592** e o código CRC **F2738C10** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004168/2020-36

SEI nº 2062592

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRA DO QUADRO ESPECIAL *ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS*

CPF.: 221.082.891-00

ID.: 7734 MRE

1957 Filha de Linton Ferreira de Barros e Aida Osthoff Ferreira de Barros, nasce em 19 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1978 Ciências Econômicas/UERJ

1988 CAD - IRBr

2018 CAE - IRBr: Gestão consular brasileira no exterior: diagnóstico, formação de pessoal e propostas

Cargos:

1980 Terceira-secretária

1982 Segunda-secretária

1990 Primeira-secretária

2000 Conselheira

2015 Conselheira do Quadro Especial

Funções:

1980 Divisão de Privilégios e Imunidades

1982 Divisão de Energia e Recursos Minerais

1985 Consulado-Geral em Los Angeles

1986 Divisão de Cooperação Intelectual

1990 Departamento Cultural

1991 Embaixada em Tóquio

1992 Embaixada em Buenos Aires

1995 Secretaria de Planejamento Diplomático

1997 Embaixada em Madri

2000 Embaixada em La Paz

2003 Consulado-Geral em Chicago

2006 Licença Extraordinária

2010 Secretaria de Estado

2012 Embaixada em Basseterre

2014 Consulado-Geral em Los Angeles

2018 Consulado-Geral em Montevideu

Condecorações:

2015 Ordem de Rio Branco, grau de Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
(SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

BURKINA FASO



Maio de 2020

SUMÁRIO

RELAÇÕES POLÍTICAS	3
Cooperação técnica	3
RELAÇÕES ECONÔMICAS	4
Comércio	4
Produtos de defesa	4
ASSUNTOS CONSULARES	4
Presidências de Sankara e Compaoré (1983-2014)	5
Renúncia de Compaoré (2014)	5
Eleições gerais de 2015	6
Início da Presidência de Roch Kaboré	6
Grupos radicais islâmicos armados	6
Conflitos interétnicos	7
Novo Gabinete	7
Eleições 2020	7
Instituições	7
África ocidental	8
G5 Sahel e combate ao terrorismo	8
França	9
Europa	9
Estados Unidos	9
China	10
Ouro	11
Algodão	11
Finanças	11
Políticas fiscal e monetária	12
Moeda comum “eco”	12
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA)	12
Efeitos da crise da COVID-19	12

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em 1960. Em 1975, estabeleceu relações diplomáticas com o país, que adotaria o nome Burkina Faso em 4 de agosto de 1984. O relacionamento bilateral intensificou-se na década de 2000, especialmente após a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2007) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009). A I Reunião da Comissão Mista Bilateral teve lugar em Brasília, em junho de 2010. Em junho de 2013, realizou-se, também em Brasília, reunião do Comitê de Acompanhamento da I Sessão da Comissão Mista.

O Presidente burkinabé veio ao Brasil em setembro de 2003. O Presidente do Brasil, por sua vez, visitou Uagadugu em outubro de 2007. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burkina Faso fez visita ao Brasil em 2008 e 2009. Nas duas ocasiões, reuniu-se em diferentes Ministérios e conheceu a sede da Embrapa.

Cooperação técnica. A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado “Cotton 4”, grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, responsáveis por distorções significativas no mercado internacional.

O projeto de cooperação “**Cotton 4 + Togo**”, que, além do Burkina Faso, beneficia Benin, Chade, Mali e Togo, tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses países por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

A primeira etapa do projeto encerrou-se em 2013. Uma segunda etapa do projeto foi assinada em dezembro de 2014 e está em fase final de implementação. A segunda etapa incluiu em suas atividades a questão da segurança alimentar, promovendo o aumento não apenas da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas.

Mais recentemente, o governo burkinabé solicitou **cooperação para o combate a doença que afeta as plantações de manga**, cultura da qual dependem 17 mil pequenos agricultores e que fornece um dos principais produtos de exportação do Burkina Faso. A manga é importante complemento à alimentação de parcela expressiva da população e seu cultivo gera empregos em sua cadeia produtiva direta e na agroindústria. As seis províncias produtoras de manga registram incidência (variando de 42% a 86% da área cultivada, a depender da província) da seca da mangueira. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coordenou, em junho de 2019, visita ao país de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa, com a finalidade de identificar e isolar o vírus que provoca a seca da mangueira no Burkina Faso, com técnica semelhante à desenvolvida no Brasil. O projeto segue em curso e também houve missão burkinabé ao Brasil, em dezembro de 2019, para agenda de campo nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Embora não haja histórico de investimentos brasileiros no Burkina Faso, as relações comerciais passaram por um período de diversificação nos últimos anos, com a exportação de produtos brasileiros com maior valor agregado. As exportações burkinabês têm sido menos significativas, exceto em 2014, quando o Brasil importou quantidade maior de algodão, levando ao único superávit burkinabé na balança comercial bilateral nos últimos 15 anos.

Comércio. O comércio bilateral, embora reduzido, é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil. De 2005 e 2010, as exportações brasileiras eram dominadas por produtos primários (principalmente açúcar, além de café, pimenta, chocolate e papelão) e alguns poucos produtos industrializados (maquinário agrícola e geradores elétricos).

Em 2011, a venda aviões Super Tucano da Embraer foi responsável pelo maior fluxo de comércio dos últimos 15 anos, alcançando quase USD 50 milhões de dólares. Entre 2011 e 2019, a pauta exportadora passou a ser dominada por itens industrializados (aviões, tratores agrícolas, maquinário para mineração, ônibus, armas e pneus), ainda que tenham sido relevantes o petróleo e produtos agropecuários (arroz, pimenta, chocolate e carnes).

Em 2019, a pauta exportadora brasileira para o Burkina Faso incluiu, principalmente, petróleo, pneumáticos, espingardas e carabinas, ônibus e veículos para transporte de mercadorias, entre outros itens. As exportações brasileiras totalizaram USD 7,3 milhões.

Produtos de defesa. A Força Aérea do Burkina Faso utiliza três aviões Super Tucano, entregues pela Embraer em 2011. A compra das aeronaves criou oportunidades para empresas brasileiras do setor de defesa que, desde então, vêm estabelecendo canais de contato com o governo burkinabé, a fim de aproveitar oportunidades que possam surgir nessa área.

ASSUNTOS CONSULARES

Os cerca de 50 brasileiros residentes no Burkina Faso são, em sua grande maioria, missionários cristãos acompanhados de suas famílias. Com a deterioração da segurança no país, alguns missionários baseados em povoados no interior passaram a se concentrar nas duas principais cidades: Uagadugu e Bobo Dioulasso. Vários deles partiram ao Brasil ainda antes da eclosão da crise sanitária da COVID-19.

POLÍTICA INTERNA

O Burkina Faso é habitado por maioria étnica mossi, com grupos significativos de fulanis (também chamados de fulas) e outras etnias (gurma, bobo, gurunsi, senufo e bisca, para citar algumas). O país tem maioria mulçumana sunita (cerca de 60% da população), mas também conta com parcelas significativas de católicos (20%) e animistas (15%).

O norte do território burkinabé é caracterizado por clima mais seco e paisagem dominada pelas estepes do Sahel, enquanto o centro e o sul são marcados por savana úmida entrecortada por quatro afluentes do rio Volta (Mouhoun, Nazinon, Nakambé e o Oti). Os franceses conquistaram o então território mossi em 1896. A região integrou a administração colonial sob a denominação “Alto Volta”. Ao se tornar independente, em 1960, o país manteve o nome colonial, mudado em 1984 para Burkina Faso (cujo significado é “terra do povo íntegro”, com elementos de três das línguas mais importantes do país, mossi, diula e fula).

O primeiro presidente do Alto Volta independente foi Maurice Yaméogo, destituído pelo Coronel Sangoulé Lamizana em 1966. Lamizana permaneceu no poder até 1980, quando foi também destituído pelo Coronel Saye Zerbo, que, por sua vez, foi substituído dois anos depois pelo Major Jean-Baptiste Ouédraogo, removido do poder em 1983 pelo Capitão Thomas Sankara.

Presidências de Sankara e Compaoré (1983-2014). Em 1983, Thomas Sankara e Blaise Compaoré fizeram parte do movimento que assumiu o poder e mudou o nome do país. Entre 1983 e 1987, Sankara presidiu o Burkina Faso e adotou política interna que denominou revolucionária e anti-imperialista. No âmbito externo, defendeu o pan-africanismo e aderiu ao movimento dos não-alinhados.

Em 1987, novo movimento terminou com a morte de Sankara e a ascensão de Blaise Compaoré à Presidência. Nos 27 anos em que foi chefe de estado, Compaoré adotou reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial e pelo FMI, além de política externa alinhada às potências ocidentais.

Depois de assumir em 1987, Compaoré venceu as eleições presidenciais de 1991, 1998, 2005 e 2010. Em 2000, dispositivo constitucional passou a estabelecer limite de dois mandatos presidenciais sucessivos de cinco anos. A Corte Constitucional burkinabé considerou que o novo regulamento não poderia ser aplicado retroativamente e autorizou Compaoré a apresentar candidatura nas eleições de 2005 e de 2010.

Renúncia de Compaoré (2014). Em outubro de 2014, Compaoré encaminhou à Assembleia Nacional do Burkina Faso projeto de emenda constitucional que reformaria o dispositivo aprovado em 2000 e passaria a permitir novas reeleições presidenciais. Reações sociais adversas, que incluíram protestos maciços, provocaram a renúncia de Blaise Compaoré em 31/10/2014.

O Tenente-Coronel Yacouba Isaac Zida, segundo na hierarquia do Regimento de Segurança Presidencial (RSP), foi reconhecido pelos militares como Presidente interino em 1º de novembro. Em 17 de novembro, um civil, Michel Kafando, diplomata de carreira, foi escolhido para substituir Zida no cargo de Presidente interino e, empossado no dia seguinte, nomeou o Tenente-Coronel Primeiro-Ministro.

Em setembro de 2015, soldados do RSP tomaram como reféns, no Palácio Presidencial, o Presidente Michel Kafando e o Primeiro-Ministro Isaac Zida. O *putsch* foi desbaratado devido à

intensa mobilização da população burkinabé e à enérgica condenação da comunidade internacional, à qual se juntou o Brasil. Em outubro, o Presidente Kafando, por ocasião da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, agradeceu enfaticamente aos Estados-Membros da ONU, organizações da sociedade civil e jornalistas o apoio recebido durante os momentos de tensão. Afirmou que o povo do Burkina Faso estaria profundamente grato e pediu o apoio continuado da comunidade internacional à consolidação da democracia em seu país.

Eleições gerais de 2015. Em 5 de novembro de 2015, na sessão do Conselho Nacional de Transição que versou sobre a reforma constitucional, foram tomadas medidas como a abolição do Senado (cuja criação, nunca implementada, fora decidida no governo Compaoré), a possibilidade de os cidadãos recorrerem ao Conselho Constitucional e a aceitação de candidatos independentes para todas as eleições.

Nas eleições gerais de 29 de novembro de 2015, Roch Kaboré, do Movimento do Povo pelo Progresso (MPP), sagrou-se vitorioso na disputa pela Presidência da República, ainda no primeiro turno, com 53,5% dos votos. Em declaração à imprensa, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, saudou a realização pacífica das eleições burkinabés, sublinhando a elevada participação popular no processo eleitoral, sobretudo de mulheres. Em 30 de dezembro do mesmo ano, foi instalada a nova Assembleia Nacional, com a conseqüente extinção do Conselho Nacional de Transição. Na ocasião, o MPP anunciou a formação de uma coalizão parlamentar (“Burkindlim”) de sete partidos, garantindo maioria ao bloco presidencial no legislativo.

Início da Presidência de Roch Kaboré. O Presidente Kaboré tomou posse em 29/12/2015, com a promessa de retomar o desenvolvimento social e promover a estabilização democrática do país. Em janeiro de 2016, o economista Paul Kaba Thieba foi nomeado Primeiro-Ministro. Thieba acumulava experiência em bancos de fomento ao desenvolvimento e propôs o Programa Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PNDES). Thieba seria substituído por Christophe Joseph Marie Dabiré em janeiro de 2019.

Grupos radicais islâmicos armados. A queda de Muammar Gaddafi na Líbia, em 2011, causou onda de instabilidade e expansão da área de atuação de movimentos islâmicos radicais no continente africano, especialmente na área do Sahel. O Burkina Faso foi um dos países que passaram a sofrer com atentados terroristas organizados por esses grupos, que chegaram através das fronteiras com o Mali e o Níger.

Os primeiros ataques em solo burkinabé ocorreram em 2015, na região saheliana do país. Em janeiro de 2016, terroristas invadiram o Hotel Splendid, no centro de Uagadugu, em ação que acabou com 30 mortos e 71 feridos. O ataque na capital ocorreu apenas duas semanas depois da posse do Presidente Kaboré. Soldados burkinabés cedidos a missões da ONU foram repatriados. Também em 2016, foi fundado “Ansar-ul-Islam lil-Ichad wal Jihad” (IRSAD), primeiro grupo radical armado de orientação islâmica burkinabé, liderado pelo clérigo mulçumano Boureima Dicko, cuja proposta era expulsar os estrangeiros do país e estabelecer reino fula. O grupo, radicado na região de Soum (fronteira com o Mali) e ligado à organização Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, realizou pelo menos 78 ataques desde 2016.

Atuam no Burkina Faso grupos radicais armados como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine e o Katiba Macina, a maioria originada em países vizinhos ou em outras regiões. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao

Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também atua na região. A maioria desses grupos deriva seus recursos da prática de sequestros, do tráfico de drogas e de armas e dos tributos cobrados às populações das comunidades por eles dominadas, além de receber apoio financeiro internacional de indivíduos e entidades extremistas.

Os ataques no país têm como característica peculiar a frequente ausência de reivindicação de autoria ou motivação, diferentemente de outros locais, em que grupos terroristas organizados assumem as ações. Esse fato vem gerando não apenas dificuldades no combate à ameaça terrorista, mas também conflitos étnicos e suspeitas de que, além de terroristas, haja outros grupos criminosos que tentam tirar proveito da crise securitária.

Em 2017, o governo lançou importante contraofensiva militar, com apoio de soldados da Operação Barkhane, da França. O IRSAD foi atingido e forçado a se dispersar, especialmente com a morte de Boureima Dicko. A estratégia militar teve sucesso imediato, mas, em resposta, os terroristas organizaram duas ações armadas em Uagadugu: em agosto de 2017, o alvo foi um café frequentado por estrangeiros; em março de 2018, a Embaixada da França foi atacada.

A partir de setembro de 2018, os ataques, antes limitados a algumas regiões do país e a alvos civis em Uagadugu, espalharam-se pelo norte e pelo leste, atingindo alvos militares. Registraram-se atentados à bomba e ações envolvendo comboios de carros e camionetes fortemente armados.

Conflitos interétnicos. Em meio aos conflitos, emergiram também hostilidades entre os fulas ou fulanis (etnia de pastores nômades) e outras etnias camponesas, principalmente os fulses, os mossis, os songais e os gurmas, grupos agricultores sedentários. Em Yirgou, na noite de Ano Novo de 2018-2019, houve massacre atribuído aos fulas em aldeia mossi. Seguiu-se retaliação por milícia de autodefesa rural mossi contra grupos fulanis. Como consequência, milhares de pessoas deixaram a região, no leste do país, com medo de novos conflitos. Outros episódios semelhantes foram registrados ao longo de 2019.

Novo Gabinete. Em janeiro de 2019, em meio à crise securitária e à emergência dos conflitos interétnicos, o Presidente Kaoboré nomeou Christophe Dabiré Primeiro-Ministro. Dabiré fora Ministro da Saúde (1992-1997) e do Ensino Secundário, Superior e da Pesquisa Científica (1997-2002), além de deputado (1997-2007), tendo presidido a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional na legislatura 2002-2007. Foi também Comissário do Burkina Faso na Comissão da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), no período 2007-2017.

Eleições 2020. As próximas eleições gerais – incluindo o pleito presidencial e as votações para a Assembleia Nacional – estão previstas para novembro de 2020.

Instituições. O Burkina Faso é uma república semipresidencialista unitária. Desde a aprovação de dispositivo constitucional específico no ano 2000, o Presidente é eleito para mandato de cinco anos e pode se reeleger uma única vez. A Carta de 1991 assegura o sufrágio universal e o multipartidarismo. O Parlamento é unicameral. Os 127 parlamentares que o compõem são eleitos por um sistema de representação proporcional para um período de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

O Burkina Faso é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), onde tem se destacado como importante mediador político, e da União Africana. Integra também a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), com sede em Uagadugu e cujos participantes adotam o franco CFA como moeda comum. Tendo em vista a importância da ajuda externa no contexto burkinabé, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista técnico, o país também dedica especial atenção ao relacionamento com entidades e países doadores de recursos.

África Ocidental. O Burkina Faso cultiva boas relações com os vizinhos. Disputa de fronteira com o Mali foi solucionada na década de 1980. Côte d'Ivoire, Togo e Gana estão entre os principais parceiros comerciais e alguns milhões de burkinabés vivem e trabalham no território marfinense, especialmente em plantações de cacau.

Além de integrar a União Africana, o Burkina Faso é membro da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne os países cuja moeda é o franco CFA da África Ocidental. No âmbito da CEDEAO, o país tem-se destacado como mediador em conflitos internos nos demais países membros. Atuou, por exemplo, em crises observadas em Níger, Mali e Togo, entre outros. Desempenhou importante papel também no desfecho da primeira guerra civil da Côte d'Ivoire, encerrada com a assinatura do Acordo Político de Uagadugu, em março de 2007.

G5 Sahel e combate ao terrorismo. Criada em 2014, a iniciativa G5 Sahel reúne Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Com sede na capital da Mauritânia, surgiu com o propósito de coordenar esforços de contenção do terrorismo na região e promover o desenvolvimento. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com 5 mil efetivos e sete batalhões (dois do Mali e dois do Níger, além de um batalhão de cada um dos demais). O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante da deterioração da situação na área de segurança na fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel em setembro de 2019, na qual os líderes do grupo lançaram apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os esforços regionais de reação contra o terrorismo.

Posteriormente, no âmbito da CEDEAO, alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa ocidental africana, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Em setembro de 2019, pouco depois do encontro do G5 Sahel, realizou-se em Uagadugu Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado da CEDEAO sobre Terrorismo. Na ocasião, os chefes de estado expressaram a necessidade de que a Comunidade demonstre liderança na luta contra o terrorismo na África Ocidental.

Em fevereiro de 2020, diante da deterioração das condições de segurança na região do Sahel, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas naquela área a fim de reagir aos avanços terroristas.

No contexto da atual crise securitária no Sahel, a tríplice fronteira entre Burkina Faso, Mali e Níger transformou-se num grande foco de atuação terrorista no continente africano. Cabe

ressaltar que o Burkina Faso possui minas de ouro situadas a poucos quilômetros da fronteira malinesa.

França. A presença francesa no Burkina Faso é notável e diversa. Há aproximadamente 45 filiais de empresas francesas no país em setores variados, como o agrícola, o agroindustrial, de transportes e de serviços (bancos, seguradoras etc.). Aproximadamente 3.500 franceses vivem em território burkinabé e mais de 250 ONGs francesas atuam no país africano. Destaca-se também número significativo de escolas francesas no país e a cooperação prestada no campo educacional: cerca de 100 bolsas de estudo são concedidas anualmente a estudantes burkinabés. Os dois países mantêm iniciativas de cooperação nas áreas cultural e científica. A França é um dos principais parceiros comerciais e mantém programas de assistência técnica ao Burkina Faso. As reservas internacionais burkinabés são, em grande medida, depositadas no banco central francês, devido à política pela qual o banco central do franco CFA, com sede em Dacar, Senegal, mantém as reservas regionais na França, que, por sua vez, garante a convertibilidade da moeda comum da África Ocidental em euros.

O Burkina Faso constitui parceiro de importância estratégica da França na África. Ao lado dos demais países do G5 Sahel, acolhe uma das bases descentralizadas da Operação Barkhane, lançada pelo governo francês em agosto de 2014 para colaborar com o combate ao terrorismo no Sahel.

Em 13 de janeiro de 2020, o Presidente da França, Emmanuel Macron, recebeu os chefes de estado dos países do G5 Sahel na cidade Pau, nos Pireneus franceses. Na Cúpula de Pau, os presidentes africanos reiteraram o interesse em contar com o apoio francês no combate ao terrorismo no Sahel. Os participantes acordaram nova iniciativa política e militar para a região, denominada “Coalizão Sahel”. A coalizão tem como objetivo intensificar o combate ao terrorismo a partir de perspectiva que não se limite à esfera militar. A iniciativa tem quatro eixos: luta contra o terrorismo (por meio de tropas de combate); fortalecimento dos recursos militares dos países da região; controle territorial e oferta de serviços públicos nas regiões conflagradas; e assistência ao desenvolvimento.

Outros países europeus. Recentemente, autoridades de diferentes países europeus reiteraram a notícia de que enviarão nova força militar ao Sahel, a Força-Tarefa Takuba. Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Países Baixos, Portugal e Suécia já se comprometeram a enviar soldados, mas ainda não está claro qual será o efetivo total da força-tarefa. A expectativa é de chegada das tropas ainda em 2020. Em 2021, a força estaria em plena capacidade de operar.

A Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, visitou Uagadugu em 1º de maio de 2019 e anunciou ajuda de 46 milhões de euros (USD 51,4 milhões) ao Burkina Faso, para projetos relativos à segurança no norte e no leste do país e diferentes ações para beneficiar as populações nessas regiões. Foi a primeira visita de um chanceler alemão ao Burkina Faso. A viagem ocorreu no contexto de um périplo de Merkel pelos países do G5 Sahel. O governo alemão também se comprometeu a apoiar o Burkina Faso no treinamento e no fornecimento de equipamentos para as forças de defesa e segurança burkinabés.

Estados Unidos. O Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) mantém base permanente em Uagadugu desde o início da década. Em fevereiro de 2020, realizou o exercício militar multinacional Flintlock, do qual participou o Burkina Faso. A operação visava a fortalecer as capacidades operacionais dos países africanos na luta contra o terrorismo.

China. Em 24 de maio de 2018, o Burkina Faso decidiu pelo restabelecimento de relações com Pequim, cortando os laços que mantinha com Taipé. Em abril de 2020, o governo chinês anunciou que enviaria equipe médica ao Burkina Faso, entre outros países, para ajudar no combate à emergência sanitária internacional relativa à COVID-19.

ECONOMIA

O setor primário é responsável por 35% do PIB do Burkina Faso. Manganês, calcário, mármore sal e ouro são os principais recursos minerais de que o país dispõe. A mineração aurífera, em particular, tem experimentado crescimento significativo e é encarada pelo governo como alternativa ao setor algodoeiro. O setor secundário contribui com 25% do PIB e consiste basicamente em indústrias de processamento de minérios e manufaturas simples. Comércio e transportes são os principais segmentos da área de serviços no país. Em seu conjunto, o setor terciário é responsável por cerca de 40% das riquezas produzidas.

Cerca de 65% da população têm menos de 25 anos e apenas um terço é alfabetizado. A renda per capita é de pouco mais de US\$ 700. Aproximadamente 80% da população sobrevivem da agricultura de subsistência ou da venda de algodão e gado. Estima-se que somente 26% dos habitantes do país vivam em áreas urbanas.

O crescimento econômico sob a Presidência de Kaboré foi de cerca de 6% ao ano nos primeiros quatro anos de mandato. Apesar de o país enfrentar desafios na área de segurança, a atividade econômica foi impulsionada pelo setor de serviços, particularmente nas áreas de telecomunicações e serviços financeiros e devido à organização de eventos internacionais, como o Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Uagadugu (FESPACO na sigla em francês), a Feira Internacional de Artes e Artesanato (SIAO) e o “Tour du Faso”, competição de ciclismo. O crescimento econômico também foi apoiado pelo dinamismo contínuo no setor de mineração e a recuperação da produção agrícola. No entanto, a economia burkinabé sofre com as oscilações do mercado mundial de produtos primários. O país não conta com acesso ao mar e dispõe de infraestrutura limitada, o que faz com que o transporte represente até 60% do custo das mercadorias.

Ouro. A produção de ouro, com grande número de produtores individuais e artesanais, passou a liderar a pauta de exportação do país, correspondendo a 80% do valor total exportado. A alta na produção nos últimos anos mudou o perfil da balança comercial, que passou a ser levemente superavitária, e Suíça e Índia passaram a figurar como os principais importadores.

Algodão. O Burkina Faso é um dos maiores produtores de algodão ao sul do Saara, com um recorde de cerca de 700 mil toneladas produzidas em 2006. A maior parte da produção destina-se a mercados externos. Safras ruins em anos recentes (média de 400 mil toneladas anuais) tiveram grande impacto na economia burkinabé. O país ressenete-se da falta de sistemas de irrigação, os quais poderiam evitar ou ao menos mitigar os problemas decorrentes das secas.

Finanças. O pequeno setor financeiro do país consiste, principalmente, em bancos comerciais e instituições microfinanceiras. Devido aos limitados recursos de capital, o governo burkinabé tem procurado atrair investimento estrangeiro direto. A maior parte dos investimentos é de origem francesa, mas pode-se perceber o aumento da presença de outros sócios no país. Por exemplo, o Burkina Faso é o terceiro maior destino dos investimentos canadenses no continente africano – sobretudo no setor mineral –, atrás apenas de África do Sul e Gana.

Política fiscal e monetária. O Governo Kaboré investiu na modernização da administração aduaneira e tributária, com vistas a poder aumentar seus gastos em programas de redução de pobreza e segurança.

O país integra a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne outros sete países cuja moeda comum é o franco CFA da África Ocidental (Benin, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau). A política monetária do grupo é determinada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO, com sede em Dacar), que prioriza o combate à inflação e mantém fixa a taxa de câmbio do franco CFA com relação ao euro.

O Burkina Faso depende da ajuda internacional para manter seu orçamento. Cerca de 40% do orçamento do Estado são financiados com recursos provenientes da chamada “ajuda ao desenvolvimento” oriunda dos países industrializados.

Moeda comum “eco”. Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Burkina Faso, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco deverá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de iniciar o projeto por meio da UEMOA e apenas em um segundo momento incluir os demais países da CEDEAO.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Até o momento, 54 países africanos assinaram o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) – a única exceção é a Eritreia – e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio.

O Burkina Faso assinou o Acordo para a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África (ZLCCA) em 21 de março de 2018 e depositou o instrumento de ratificação em 29 de maio de 2019. A economia burkinabé depende fortemente das exportações de ouro e algodão. A dinamização do comércio regional poderia proporcionar melhora nas conexões logísticas para exportações e importações, com diminuição do preço do frete, algo fundamental para país sem acesso ao mar,

Efeitos da crise da COVID-19. Não há clareza, ainda, a respeito do impacto econômico da emergência sanitária internacional da COVID-19 sobre o Burkina Faso. É possível que a demanda mundial por ouro não diminua, o que garantiria boa parte das exportações burkinabés. Ainda assim, as instituições financeiras internacionais preveem redução do crescimento para patamar em torno de 2% este ano. O FMI ofereceu empréstimo de USD 115 milhões ao Burkina Faso em abril de 2020.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ROCH KABORÉ



Nascido em Uagadugu em 25 de abril de 1957 (63 anos), casado e pai de três filhos, o atual Presidente burkinabé graduou-se em Economia da Universidade de Dijon, na França. Obteve, em 1979, mestrado em Ciências Econômicas e, em 1980, diploma de estudos superiores especializados em Administração. Voltou ao país e dirigiu, de 1984 a 1989, o Banco Internacional do Volta (BIV), posteriormente Banco Internacional do Burkina Faso (BIB).

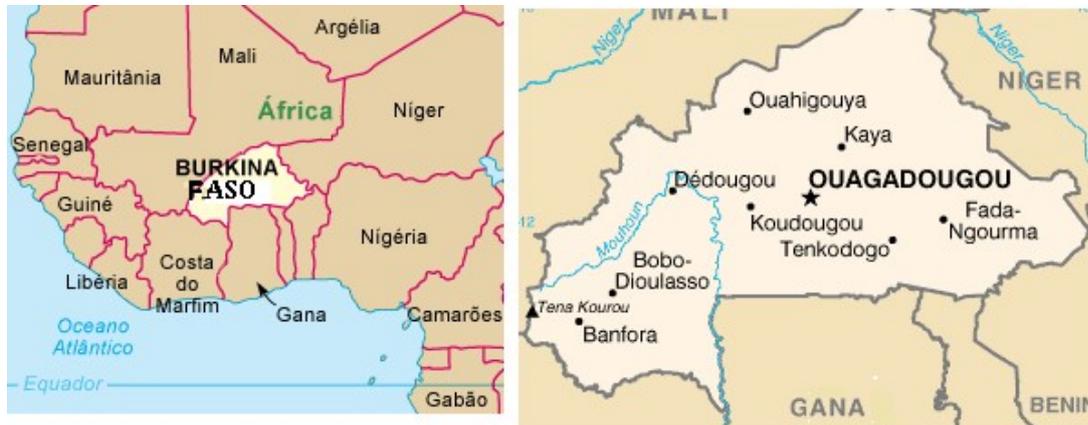
Em setembro de 1989, sob a Presidência de Blaise Compaoré, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Foi eleito deputado em 1992, sendo reeleito em 1997, 2002 e 2007. De junho de 1992 a setembro de 1993, foi Ministro das Finanças e do Planejamento e, de setembro de 1993 a março de 1994, foi Ministro das Relações com as Instituições. Em 20 de março de 1994, foi nomeado Primeiro-Ministro, cargo que deixou em 6 de fevereiro de 1996, tornando-se Consultor Especial do Presidente Compaoré. Em julho de 1997, foi eleito Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, ocupando o cargo por meio de reeleição até junho de 2002. Em agosto de 1999, Kaboré foi eleito Secretário Nacional do Congresso para Democracia e Progresso (CDP), sendo nomeado Presidente do partido em 2003. Foi eleito Presidente da Assembleia Nacional em 2002 e reeleito em 2007. Em janeiro de 2014, ingressou no Movimento Popular para o Progresso (MPP), sendo então eleito presidente do partido. Concorreu a eleição presidencial de 2015 pelo MPP. Foi eleito Presidente em 1º de dezembro de 2015, com 53,49% dos votos.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, ALPHA BARRY



Nascido em 1º de janeiro de 1970 (50 anos) na Costa do Marfim, Alpha Mamadou Barry é formado em jornalismo e desde 12 de janeiro de 2016 ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Enquanto atuava como jornalista, foi correspondente da “Radio France Internationale” (RFI) no Burkina Faso, Níger, Costa do Marfim e Nigéria, correspondente do jornal France 24 e da Reuters Television, além de colaborador da revista Jeune Afrique.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Burkina Faso
Gentílico:	Burkinabé
Capital:	Uagadugu
Área:	274.200 km ²
População (FMI, 2019):	20,326 milhões de habitantes
Idiomas:	Francês (oficial) e línguas regionais (Jula e Morê são as principais)
Principais religiões (2006):	Islamismo (60%); Catolicismo (20%); Religiões africanas (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (unicameral - 127 assentos)
Chefe de Estado:	Presidente Roch Marc Christian Kaboré
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Christophe Joseph Marie Dabiré
Chanceler:	Alpha Barry
PIB (FMI, est. 2019):	US\$ 14,59 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US\$ 42,22 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 717,96
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 2,08 mil
Variação do PIB (FMI):	2% (est. 2020); 6% (est. 2019); 5,9% (2018); 6,4% (2017); 5,9% (2016); 3,9% (2015); 4,3% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0.434 (182º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,303
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,2 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	34,6%
Índice de desemprego (BM, 2019):	6,1%

Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixadora do Burkina Faso:	Aminata Congo Sana
Embaixadora em Uagadugu:	Regina Célia de Oliveira Bittencourt
Comunidade brasileira estimada	50

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Burkina Faso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	5.620	21.536	909	1.262	9.943	10.941	7.311	1.197
Exportações	5.607	3.371	893	1.262	9.895	10.941	7.306	1.187
Importações	13	18.164	16	0	48	-	4	9
Saldo	5.595	-14.893	877	1.262	9.847	10.941	7.302	1.178